



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
FACULDADE UnB DE PLANALTINA - FUP

Kelly Soraya da Luz

**Apoio ao empoderamento, intercâmbio e integração de
mulheres assentadas por meio da valorização econômica e sociocultural
da biodiversidade do Cerrado**

Brasília - DF

2019

Kelly Soraya da Luz

Apoio ao empoderamento, intercâmbio e integração de mulheres assentadas por meio da valorização econômica e sociocultural da biodiversidade do Cerrado

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Gestão do Agronegócio, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Gestão do Agronegócio.

Orientadora: Janaína Deane de Abreu SáDiniz.

Brasília - DF

2019

Agradecimentos

A Jesus Cristo, por me capacitar e permitir a realização deste trabalho, por sempre estar guiando meus passos e ajudando na minha caminhada.

À minha querida e amada mãe, por sempre me incluir nas suas orações, por seu amor, carinho, companheirismo, ensinamentos e amizade sincera.

À toda minha família, pelos momentos de compreensão, apreço, alegrias, pelo tempo que passamos juntos, e por serem minha família.

À professora orientadora Janaína Diniz, mais que orientadora uma amiga, pelo apoio empreendido e suporte nos projetos de iniciação científica, pesquisa e extensão, pelo amor dedicado aos Biomas, e pelos projetos realizados em benefício das comunidades tradicionais, agricultura camponesa e outros.

Ao corpo docente da FUP, pelo esforço, dedicação, pelo empenho em realizar saídas de campo, viagens e visitas técnicas, mesmo com tantas limitações. Ao professor Flávio Costa, por ensinar agroecologia na teoria e na prática.

À Universidade de Brasília, pelos espaços proporcionados, para a formação profissional e empresarial, como a empresa júnior do curso, a qual fui membro, espaço esse onde é permitido aos estudantes desenvolverem habilidades de gestão na prática, e serem profissionais capacitados e com habilidades empreendedoras. Bem como, pelos espaços debates, discussões e construções dos estudantes, como o coletivo maré e outros.

Às comunidades visitadas que nos permitiram conhecer suas histórias, costumes e realidades, à comunidade Kalunga, às mulheres dos assentamentos Márcia Cordeiro Leite e Pequeno Willian, em especial à Andreia do Pequeno Willian, pois contribuíram muito para a realização desse trabalho.

Tudo que Deus faz é maravilhoso!

*“Se não puder voar corra.
Se não puder correr, ande.
Se não puder andar, rasteje,
mas continue em frente de
qualquer jeito.”*

(Martin Luther King)

Resumo

Este estudo teve como proposta demonstrar a importância da aplicação de práticas do projeto de pesquisa e extensão em assentamentos localizados no Distrito Federal nos quais foi realizada a pesquisa. As atividades voltaram-se às mulheres, que majoritariamente são as propulsoras dos processos socioproductivo, econômico e sociocultural de suas famílias. Apesar de terem suas contribuições invisibilizadas, as trabalhadoras rurais seguem lutando contra as diversas formas de discriminação. Tendo como base a prática do extrativismo de espécies vegetais nativas do Cerrado, que são realizadas pelas mulheres assentadas e familiares, o objetivo do trabalho foi incentivar e desenvolver atividades de integração entre as mulheres assentadas da reforma agrária, para que fossem compartilhadas trocas de experiências e saberes entre elas. É nos espaços de convivência onde ocorrem as trocas de saberes e costumes, o que proporciona também a potencialização do empoderamento, bem como uma maior valorização econômica devido ao incremento de renda, advindo muitas vezes da prática do extrativismo sustentável, e da agregação de valor às espécies vegetais nativas do Cerrado. Além de pesquisa bibliográfica para construção do referencial teórico foram aplicados questionários semiestruturados com as mulheres, nos quais elas relataram que é muito relevante a prática de integração entre os grupos de mulheres, mas por causa de alguns limitantes - sendo o principal a falta de transporte público - torna-se quase inviável a continuidade de alguns processos.

Palavras chaves: Mulheres assentadas da reforma agrária, espécies vegetais nativas do Cerrado, empoderamento.

Abstract

The purpose of this study was to demonstrate the importance of the application of research and extension project practices in settlements located in the Brazilian Federal District, in which the research was carried out. The activities turned to women, who are mainly the propellers of the socio-productive, economic and socio-cultural processes of their families. Despite their invisible contributions, rural women workers continue to struggle against various forms of discrimination. Based on the practice of extractivism of native plant species of the Cerrado, already carried out by settled women and their families, the objective of the work was to encourage and develop integration activities among women settled of agrarian reform, in order to promote exchanges of experiences and knowledge among them. It is in the coexistence spaces where the exchange of knowledges and customs takes place, which also provides the potentialization of empowerment, as well as a greater economic valorization due to the increase of income, often derived from the practice of sustainable extractivism, and in adding value to native plant species of the Cerrado. In addition to bibliographical research to construct the theoretical framework, semi-structured interviews with women were applied, in which they reported that the integration practice between women's groups is very relevant, but because of some limitations - the main one being the lack of public transportation - the continuity of some processes is almost unfeasible.

Keywords: settled women of agrarian reform, native plant species of the Cerrado, empowerment.

Listas de Figuras

Figura 1- Três componentes básicos do melhoramento participativo.....	22
Figura 2 - Casarão-sede do Assentamento Marcia Cordeiro Leite.....	26
Figura 3 - Oficina de gastronomia do cerrado, realizada na agroindústria.....	28
Figura 4 - Preparação de bombons com frutos do cerrado.....	28

Lista de Quadros

Quadro 1 -Comparação entre modelo neoliberal e modelo da soberania alimentar....	21
Quadro 2 - Relatos das mulheres sobre pontos negativos e sugestões de melhorias....	26
Quadro 3 – Atividades desenvolvidas e dificuldades enfrentadas.....	31
Quadro 4 – Comparativo de práticas realizadas e principais dificuldades.....	32

Lista de Abreviatura e Siglas

ATER - Assistência Técnica de Extensão Rural

CAESB – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal

CENTRU - Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural

CPT - Comissão Pastoral da Terra

DF - Distrito Federal

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

IFB - Instituto Federal de Brasília

IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Inovacerrado - Inovações Sociotécnicas para Boas Práticas no Extrativismo de Espécies Vegetais Nativas do Cerrado

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

MATOPIBA – Acrônimo criado com letras iniciais dos seguintes estados: Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MMB - Movimento de Mulheres do Brejo

NEA Candombá - Núcleo de Estudos em Agroecologia

NEPEAS - Núcleo de Estudos Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Sustentabilidade

Pequisação - Projeto “Agregação de valor às espécies vegetais nativas do Cerrado em áreas de reserva legal de produtores familiares do Distrito Federal e Entorno

Sumário

1 Introdução	<u>104</u>
2 Objetivos	<u>159</u>
2.1 Objetivo Geral.....	<u>159</u>
2.2 Objetivos Específicos.....	<u>159</u>
3 Justificativa	<u>169</u>
4 Referencial Teórico	<u>1610</u>
4.1 Integração das mulheres rurais assentadas.....	<u>1610</u>
4.2 As mulheres e a segurança alimentar	<u>1812</u>
4.3 Mulheres e soberania alimentar	<u>1913</u>
5 Metodologia	<u>2317</u>
6 Análise	<u>2418</u>
7 Conclusão	<u>3226</u>
8 Referências Bibliográficas	<u>3428</u>

Introdução

No Brasil o Bioma Cerrado abrange 23,92% do território nacional, onde o mesmo consiste no conjunto de ecossistemas que são savana, matas, campos e matas de galeria (EITEN, 1977), contando com grande diversidade florística com cerca de 12.070 espécies sendo, assim uma das savanas mais biodiversas do mundo. Essa vegetação típica é encontrada nas regiões dos estados da Bahia, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Minas Gerais, Piauí, Rondônia, São Paulo, Tocantins e Distrito federal, com extensão de 2.036.448 km²(MMA, 2004).

Todavia, o Cerrado vem sofrendo há anos com o desmatamento que está crescendo rapidamente. De acordo com o projeto TerraClass (2013), implementado pelo Inpe e Embrapa, 54,5% da área total do Cerrado é classificada como vegetação natural remanescente, 34% de área total de vegetação natural não florestal e 20,5% de vegetação natural florestal. Ainda conforme dados do projeto até o ano de 2013, a maior parte de uso antrópico no Cerrado é de pastagem plantada com (29%), agricultura anual com (8,5%), agricultura perene com (3,2%) que tem um total aproximado de 41% da área do Bioma Cerrado.

O Cerrado é um dos Biomas que mais sofre com a ocupação humana, em um rápido processo de transformação da paisagem originária, com cerca de 50% de suas áreas de vegetação nativa convertidas em áreas abertas de pastagem, apresentando-se como vegetação fragmentada. No período de 2010 a 2011 o Cerrado teve um total de 7.246,67 km² de área desmatada (MMA, 2011), o que corresponde à região de expansão agrícola MATOPIBA, acrônimo para designar os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

A pesar do apelo das comunidades tradicionais, dos povos indígenas e quilombolas remanescente contra os avanços da fronteira agrícola, demonstrando através de documento o impacto negativo que essa expansão traz ao Bioma, os órgãos competentes não manifestaram preocupação com o futuro das pessoas. Com a perda de áreas onde esses grupos faziam as coletas de espécies vegetais nativas do Cerrado para a automanutenção e complementação de renda para suas famílias, esses se veem obrigados a deixar suas comunidades rurais para morar nas regiões urbanas periféricas e

desestruturadas, tendo que viver de forma precária e submeter-se a trabalhos subalternos.

Além dessas disfunções que o Cerrado vem sofrendo, há também os incêndios de origem antrópica que estão devastando grandes áreas, provocando a extinção de várias espécies de animais típicos da região, fazendo com que o Cerrado já seja considerado um ambiente em extinção, pois grande parte da fauna, insetos e animais polinizadores, comunidades de vegetais estão em processo de extinção e alguns já foram extintos (BARBOSA, 2014).

Esse desequilíbrio no ecossistema tem como consequência a redução da quantidade de água, pois o Cerrado ao receber a água da chuva retém e infiltra essa água através das raízes profundas das espécies nativas, as quais abastecem os lençóis freáticos que alimentam os aquíferos, além dos vários rios que nascem no Cerrado, e distribui água para as bacias hidrográficas da América do Sul, como Araguaia-Tocantins, São Francisco, Prata, Paraguai e Paraná. Por isso, percebe-se a importância de campanhas como a da Comissão Pastoral da Terra (CPT), onde anuncia: “Cerrado, Berço das Águas: Sem Cerrado, Sem Água, Sem Vida”, o que está impactando o Cerrado de forma agressiva e consequentemente toda população.

Entretanto, é possível conciliar a agricultura e o meio ambiente, mas para isso é necessário que haja pesquisas agroecológicas e zoneamentos das regiões, para que seja reduzido ao máximo os prováveis danos à natureza (BARBOSA, 2014). Em conformidade com Barbosa (2014), Buainain(2003) afirma que a agricultura familiar é importante para o país, e para a manutenção dos recursos naturais, desde que sejam praticados de modo sustentável, além da geração de alimentos e renda que se dá devido à sua produção diversificada.

Como exposto, a agricultura familiar tem fornecido alimentos que abastecem o mercado interno. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2017), cerca de 70% dos alimentos que a população consome no país são produzidos pela agricultura familiar, sendo que mais de 50% dos alimentos da cesta básica são provenientes dela. O setor pecuário produz cerca de 60% do leite, 59% do rebanho de suínos, 30% de bovinos e 50% de aves, além de gerar muitos postos de trabalho no campo.

Os dados acima demonstram a relevância da agricultura familiar para a permanência das famílias no campo, pois para cada 10 postos de trabalho no campo, sete são de

agricultores familiares. De acordo com a Lei nº 11.326/2006, agricultores familiares são os que exercem atividades no meio rural, tem área de até quatro módulos fiscais o gerenciamento do estabelecimento e mão de obra são da própria família. São classificados como agricultores familiares extrativistas, indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária, aquicultores, pescadores e silvicultores.

O extrativismo é o sistema que se baseia praticamente na coleta e extração dos recursos naturais, que são de origem vegetal, animal e mineral, estes são retirados da sua área natural para servirem de alimentos e produzir bens, de acordo com (DRUMMOND, 1996). Porém, se a utilização dessa área for praticada de forma indiscriminada, bem como a caça e coleta dos frutos, ocasionará perdas para o Cerrado.

O agroextrativismo é uma atividade muito praticada no meio rural pelos agricultores, pois ele é o desenvolvimento de duas atividades diversas, sendo elas o extrativismo e a agricultura, onde geralmente o extrativismo entra como uma complementação e diversificação de alimentos e renda para as famílias, contribuindo para a permanência delas no campo. Segundo Nogueira e Fleischer (2005), o termo agroextrativismo surgiu das lutas dos extrativistas pelos direitos na década de 1970, e poderia ser definido como uma modalidade de agricultura familiar.

A agricultura familiar extrativista, além de colaborar para a diversificação de alimentos e complementação de renda, incentiva a valorização das espécies vegetais, animais, e as fruteiras nativas, desde que o manejo seja feito de forma sustentável, ou seja, que se garanta a perenidade dos recursos ambientais renováveis e processos ecológicos, para que então possa ser mantida a biodiversidade, de forma socialmente justa e economicamente viável (Lei nº 9.985/2000), pois o manuseio e a extração de modo incorreto e predatório geram muitos danos e prejuízos para a fauna e flora do bioma.

Com isso, as mulheres do campo e assentadas da reforma agrária vêm lutando, por novas formas de agricultura onde o desenvolvimento sustentável tenha prioridade, juntamente com as práticas de extrativismo não predatório, visando a preservação da biodiversidade, para que assim, possa ser assegurada a soberania alimentar das famílias, tal como a valorização da agricultura familiar.

Uma vez que as mulheres ocupam mais espaços na agricultura familiar do que na agricultura patronal, de acordo com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA, 2003), as mulheres do campo ou agricultoras familiares são as que

mais contribuem para a preservação da biodiversidade, com a seleção de sementes, coleta e beneficiamento de frutos, produção de artesanatos e biojoias que trazem uma diversificação da renda familiar. Porém, algumas vezes essa produção é pequena, gerando pouca renda, o que contribui para que sejam confundidas com atividades domésticas e não como pertencentes às práticas da agricultura familiar.

Apesar delas representarem quase metade da força de trabalho do campo, e serem muitas vezes as mantenedoras ou únicas responsáveis pela família, sofrem com a falta de programas sociais que contemplem suas reais demandas, bem como lutam pelo reconhecimento da profissão como agricultoras, e buscam dar maior visibilidade à força do trabalho feminino no meio rural. Mas a falta de direcionamento das políticas públicas traz desmotivação para as camponesas, pois de acordo com Andrea Butto e Isolda Dantas (2011), até a década passada essas políticas que seriam para o desenvolvimento rural caracterizavam o trabalho das mulheres como mera ajuda aos homens, contribuindo, assim, com o enraizamento da cultura da desigualdade de gênero.

Além do mais, as mulheres das áreas rurais enfrentam diversas formas de abandono. Como o abandono por parte do Estado, por negar-se a oferecer políticas públicas que atendam às necessidades básicas dessas mulheres, segundo Lopes e Zarzar (2008), elas encaram dificuldades para terem acesso às linhas de créditos, o que está associado à pouca autonomia econômica e gestão dos frutos do trabalho, pois elas são limitadas a não dominar esses espaços, e ainda precisam enfrentar muitas vezes o abandono de seus companheiros e filhos maiores de idade, que se veem obrigados a saírem do campo em busca de melhores condições econômica e sociocultural.

Grande parte das mulheres do campo, quase que constantemente, precisam desempenhar a pluriatividade que é a conciliação de pelo menos duas atividades de trabalho distintas, sendo uma delas agrícola, como forma de complementação da renda. As atividades não agrícolas mais realizadas são as dos setores da economia, como serviços, indústria e comércio. Mas uma das atividades mais praticadas são as para-agrícolas, que são o beneficiamento e processamento de produtos agrícolas, que geralmente são produzidas na própria parcela, ou proveniente de coletas extrativistas, pesca e outros. Essas produções podem ser destinadas ao consumo familiar ou para a comercialização. Essa integração entre as atividades é que constitui a pluriatividade.

Na maioria das unidades, conforme observado por meio de visitas onde há a prática da pluriatividade, as mulheres são as que mais exercem essa atividade na agricultura familiar, através da ampliação da jornada de trabalho, com o trabalho doméstico na própria residência e também como diaristas, no trabalho na agroindústria com o beneficiamento de polpas de frutas, no preparo de geleias, doces, na fabricação de artesanatos, entre outros.

A luta das mulheres rurais sempre foi árdua em busca de direitos e melhorias, tendo como uma das protagonistas mais marcantes a agricultora Margarida Maria Alves, nascida em 5 de agosto de 1933, em Alagoa Grande no estado da Paraíba-PB, tendo sido a primeira mulher presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da região, onde também fundou o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural - CENTRU - na década de 1980, no qual foi diretora de 1981 a 1983. Foi uma das fundadoras do Movimento de Mulheres do Brejo paraibano (MMB) em 1982 de acordo com a Fundação Margarida Maria Alves (2018), a qual continua contribuindo e fortalecendo a agricultura familiar.

No dia 12 de agosto de 1983, Margarida Maria Alves foi assassinada, e assim, interrompida sua trajetória de lutas, lutas essas por direitos dos trabalhadores rurais, como alimentação, jornadas de trabalho de oito horas diárias, autonomia, justiça, educação, liberdade entre outras, segundo (MOTTA, 2013), a luta em defesa das florestas, do direito à terra dos povos tradicionais e das mulheres e homens rurais, vem sendo marcada por muita violência e vidas ceifadas.

Porém, após sua morte, Margarida tornou-se um símbolo de resistência e de política de luta das mulheres trabalhadoras rurais. Teve início no ano de 2000 o movimento chamado de Marcha das Margaridas em memória da mesma, que é reconhecida como maior ação das mulheres da América Latina, na qual as ações e reflexões são permanentes, as mulheres reivindicam contra a fome, violência sexista, discriminação, melhores condições de trabalho, nas áreas rurais e urbanas, justiça, igualdade e liberdade.

O presente estudo demonstra a importância da integração entre mulheres assentadas da reforma agrária dos assentamentos Pequeno Willian e Márcia Cordeiro Leite, ambos localizado em Planaltina, Distrito Federal. Pois são nos espaços de convivência, onde ocorre o compartilhamento de informações, troca de saberes e costumes, sendo possível

proporcionar maior valorização econômica e sociocultural, advinda na maioria das vezes da prática do extrativismo sustentável, e da agregação de valor às espécies vegetais nativas do Bioma Cerrado.

A realização dessas atividades, muitas vezes em conjunto com a agricultura familiar, vem contribuindo muito para o empoderamento das mulheres, pois a partir do momento em que elas passam a ser protagonistas na contribuição e aumento da renda das famílias, adquirem também a autonomia econômica, isso é o que está acontecendo nos assentamentos Márcia Cordeiro Leite e Pequeno Willian, porém, ainda é preciso que sejam superados muitos entraves que estão dificultando o fortalecimento das organizações produtivas, por isso é necessário que haja mais incentivos e apoio à produção sustentável de base agroecológica, acesso aos canais de comercialização, transporte público que atendam as demandas entre outros.

Objetivos

1.1 Objetivo Geral

Pesquisar a importância da prática de intercâmbio entre as mulheres agricultoras e assentadas da reforma agrária, tendo como foco os assentamentos Pequeno Willian e Márcia Cordeiro Leite, ambos localizados em Planaltina – DF, bem como suas perspectivas em relação ao trabalho com espécies nativas do Cerrado, como composição da renda.

2.2 Objetivos Específicos

- Observar e discutir as formas de integração e organização social entre as agricultoras através de participações em oficinas de intercâmbio e eventos participativos.
- Auxiliar as iniciativas voltadas para a agregação de valor aos frutos nativos do Cerrado, e sua preservação.
- Acompanhar a realização de trabalhos em parceria entre os grupos de mulheres agricultoras e assentadas da reforma agrária, no beneficiamento e processamento dos produtos.

Justificativa

O tema abordado foi definido devido à importância das atribuições que as mulheres sempre desempenharam no decurso da história, como os cuidados com os filhos, com o lar, com as atividades no meio rural, desde a capina, plantio, colheita e coleta, mas, contudo, sempre tiveram que contar com o fardo da invisibilidade nas considerações das decisões, tendo seu potencial desconsiderado.

A presença das mulheres rurais na produção agrícola familiar é um fato. Mesmo na invisibilidade, não se pode negar que elas estão ocupando terras, plantando, colhendo, e cultivando o desejo de ter uma terra livre e usufruí-la com seu trabalho. Presentes na casa, no quintal, na roça e na luta pela terra, as mulheres lutaram pelo direito de serem reconhecidas como trabalhadoras. A emergência das mulheres rurais nos movimentos sociais proporcionou seu aparecimento como sujeito político, rompendo sua invisibilidade como trabalhadora. [...] Para (MARQUES, 2013, p. 4).

É preciso desmistificar o suposto social de que o homem é o agricultor, devido às divisões de trabalho no campo, que está associado na maioria das vezes às condições físicas, as quais tipificam os homens como sendo mais capacitados que as mulheres, tendo em vista a força física, com isso, são vistos como mais preparados para exercer posição de liderança na família e na comunidade.

As mulheres estão buscando cada dia mais o seu reconhecimento como protagonistas no trabalho para o desenvolvimento rural, mulheres dessas do campo, das comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas entre outras.

Referencial Teórico

Em continuidade do estudo foram abordados três temas principais, sendo eles: integração das mulheres rurais assentadas, as mulheres e a segurança alimentar e as mulheres e a soberania alimentar. O aprofundamento de fundamentos teóricos contribui para o fortalecimento das atividades e desenvolvimento do meio rural mais sustentável.

1.2 Integração das mulheres rurais assentadas

Com as atividades de intercâmbio e com o apoio de instituições públicas foi e é possível criar espaços de troca de informações e conhecimentos entre as mulheres, de diferentes assentamentos e comunidades através das redes de diálogos que são criadas entre elas, tornando-as cada vez mais empoderadas, tanto produtivamente, como participativamente, passando a exercer, assim, seu direito de voz.

As atividades de integração que, na maioria das vezes, se dá por meio de intercâmbios, reduzem ou até mesmo eliminam barreiras que impedem os avanços e acessos aos programas de políticas públicas. Além de possibilitarem maiores conquistas de espaços representativos na comunidade e sociedade, permitem conhecer novos experimentos, modos de fazer, boas práticas, o que atribui às mulheres mais condições de inserção nas organizações de trabalho da agricultura familiar, dando, assim, maior valorização de seus trabalhos e mais visibilidade a seus conhecimentos e valorização dos produtos ofertados, além de permitir acesso a novos mercados para comercialização.

Onde antes havia para a maioria delas uma jornada dupla, entre o trabalho agrícola e doméstico, agora há uma agenda intensa de reuniões de organização social, intercâmbios técnicos e culturais, feiras de exposição e comercialização, cursos de capacitação, todos envolvendo viagens intermunicipais e interestaduais. Tudo isso, sem perder ou diminuir suas atribuições e responsabilidades na família, ou do seu trabalho doméstico. Em alguns casos, houve um aumento de tensão e conflitos dentro da família e com as lideranças do assentamento, por conta do aumento da mobilidade e visibilidade dessas mulheres. De acordo com (SIQUEIRA; BERGAMASCO, 2008, p. 181).

A prática do intercâmbio, que se trata muitas vezes de uma visita técnica, proporciona às agricultoras familiares desde experiências de sucesso, a ganhos pessoais como o aumento da autoestima, da capacidade intelectual, entre outros. Conseqüentemente, o aumento da produtividade oportuniza a ampliação da mobilidade social, além de contribuir para o entendimento das demandas de cada comunidade, permitindo que possam ser elaboradas ações futuras participativas para obtenção de melhores resultados.

[...] O incentivo à sistematização e reflexão sobre experiências, bem como a promoção de eventos de intercâmbio entre agricultores (as) e técnicos (as) e de trocas de experiência têm sido importantes instrumentos de fortalecimento

da agroecologia e dos (as) agricultores(as). [...]Nesse sentido, as mulheres afirmam a necessidade de garantir espaços específicos para sua auto-organização e também a importância estratégica de desenvolver processos de sistematização e intercâmbio de experiências que sejam protagonizadas pelas agricultoras, camponesas, agroextrativistas, indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhas, entre outras. Possibilitando, assim, explorar as interfaces entre as ações locais e a perspectiva de construção da transição agroecológica, não apenas no campo da produção, mas também no tocante ao conjunto das relações sociais, em particular da igualdade de condições entre homens e mulheres. Segundo (FERREIRA; SCHOTTZ, 2010 p.11).

Quando as mulheres têm a oportunidade de participar desses encontros, passam a conhecer histórias de outras companheiras, o que muitas vezes as tornam mais fortalecidas, pois compreendem como são e sempre foram importantes em todos os espaços, reverberando dentro de seus lares a ampliação do diálogo com os familiares.

Nos cursos, palestras, oficinas, rodas de conversas que ocorrem durante os encontros com as camponesas são discorridos muitos temas, como economia solidária, boas práticas nos preparos dos alimentos, políticas de crédito, questões de gênero, segurança alimentar e soberania alimentar. Essas discussões colaboram para a potencialização do empoderamento e autoestima das mulheres, demonstrando a importância da auto-organização nas comunidades, pois há o fortalecimento delas, visto que os saberes e experiências adquiridos trazem mudanças positivas individuais e coletivas e, com isso, maior mobilização, resgate de valores e tradições, reforçando a luta pela terra, direitos e viabilização de suas vozes.

1.3 As mulheres e a segurança alimentar

O conceito de segurança alimentar tem início após a Primeira Guerra Mundial, pois é relativo à capacidade de produção de alimentos que cada país tem, além de estar relacionado com o conceito da segurança nacional. As mulheres são parte importantíssima no desempenho da segurança alimentar de suas famílias, da comunidade e da sociedade em geral no combate à desnutrição e à fome.

Segurança Alimentar trata exatamente de como uma sociedade organizada, por meio de programas e políticas públicas, de responsabilidade do estado e

da sociedade como um todo, pode e deve garantir o direito à alimentação. Assim, o direito à alimentação é um direito do cidadão e a segurança alimentar e nutricional, para todos, é um dever da sociedade e do estado (VALENTE, 2001, p. 04).

Além do mais, as mulheres correspondem a grande parte da força de trabalho no meio rural, participando desde o preparo do solo, plantio, colheita, processamento e comercialização. Mas para que a segurança alimentar seja garantida é preciso o reconhecimento e valorização do trabalho feminino. Para isso, é de suma importância que o respeito e a defesa dos direitos das mulheres estejam em concordância.

Com as mobilizações e empoderamento das mulheres rurais, elas estão se sentindo mais fortalecidas, o que está refletindo nos seus trabalhos, pois já são consideradas as principais fomentadoras da segurança alimentar, além de produzirem em sua maioria em modelos mais sustentáveis, que vão desde o cuidado com a horta, pomares, pequenos cultivos, criação de animais, extrativismo local, que são atividades que colaboram com a diversidade, disponibilidade de alimentos e com o aumento de renda das famílias.

De acordo com a Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação (FAO, 1996:4);

Existe segurança alimentar quando as pessoas têm, a todo momento, acesso físico e econômico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e saudável. [...] reconhecemos a contribuição fundamental da mulher para a segurança alimentar, principalmente nas zonas rurais dos países em desenvolvimento, e a necessidade de promover a igualdade entre homens e mulheres. Para reforçar a estabilidade social e impedir o êxodo rural, que muitos países enfrentam[...].

Com a falta de reconhecimento e invisibilidade do trabalho feminino, muitas mulheres mais jovens estão abandonando o meio rural e migrando para as cidades, tendo como consequência dessa evasão o aumento da insegurança alimentar. É relevante ressaltar que a insegurança alimentar não se refere apenas à falta de alimento, mas também para que haja acesso aos alimentos é preciso ter o poder de compra, o que limita muitas famílias de terem garantida essa segurança alimentar.

4.3 Mulheres e soberania alimentar

A soberania alimentar, segundo o conceito, remete que o alimento não é mercadoria, e sim um direito do ser humano. Para isso, é preciso que sejam garantidas também a produção e a distribuição adequadas, de forma a atender e garantir a sobrevivência da população, conforme apresentado no quadro 1.

Quadro 1 – Comparação entre modelo neoliberal e modelo da soberania alimentar.

Tema	Modelo Dominante (Neoliberal)	Modelo da Soberania Alimentar
Comércio	Livre Comércio	Alimentos e Agricultura fora dos Acordos Comerciais
Prioridade produtiva	Exportação	Mercados Locais
Preço dos produtos agrícolas	“Lei do Mercado” (não mexer nos mecanismos que impõem preços baixos)	Preços justos que cubram os preços de produção e permitam aos agricultores uma vida digna
Acesso a mercados	Acesso a mercados externos	Acesso a mercados locais; fim do deslocamento dos agricultores dos seus próprios mercados devido à indústria agropecuária
Subsídios	Enquanto se proíbem no Terceiro Mundo, são permitidos nos EUA e UE (mas apenas aos grandes agricultores)	Os subsídios que não prejudiquem outros países (através do <i>dumping</i>) são aceitáveis. p. ex.: garantir que sejam apenas para agricultores familiares, para comercialização directa, apoio de preços, conservação do solo, agricultura sustentável, investigação, etc.
Alimentos	Uma mercadoria	Um Direito Humano
Produzir	Uma opção para os mais eficientes	Um direito dos povos rurais
Fome	Fruto da baixa produtividade	Um problema de acesso e distribuição; Fruto da pobreza e desigualdade
Segurança Alimentar	Consegue-se importando alimentos de onde sejam mais baratos	Aumenta quando a produção de alimentos está nas mãos dos pobres e quando os alimentos se produzem localmente
Controle sobre os recursos produtivos (Terra, Água, etc.)	Privado	Local; Controlado pela comunidade
Acesso a terra	Através dos mercados	Através da Reforma Agrária
Sementes	Uma mercadoria alvo de patentes	Uma herança comum dos povos ao serviço da humanidade
Crédito e investimentos rurais	Do sector privado	Do sector público, dirigidos à Agricultura Familiar
Dumping	Não é um problema	Deve proibir-se
Monopólio	Não é um problema	A raiz da maior parte dos problemas. Os monopólios devem ser proibidos
Sobreprodução	Não existe, por definição	Conduz à queda dos preços e leva os agricultores à pobreza. São necessárias políticas de maneio da oferta nos EUA e UE
Organismos Geneticamente Modificados (OGMs)	São o futuro	Perigosos para a saúde e Meio Ambiente. Uma tecnologia desnecessária. Devem ser proibidos.
Tecnologia agropecuária	Industrial; monocultura; agrotóxicos; OGMs	Métodos agroecológicos e sustentáveis. Não usa OGMs.
Agricultores	Anacronismos; O ineficiente irá desaparecer	Guardiães da biodiversidade; administradores de recursos naturais; Depositários de conhecimento.

Fonte: adaptado de Rosset (2003).

Uma das definições mais conhecidas para soberania alimentar é a que foi declarada no Fórum Mundial pela soberania alimentar, que ocorreu no Mali/África no ano de 2007.

A soberania alimentar é um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo. Isto coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, por cima das exigências dos mercados e das empresas. Defendendo os interesses, inclusive às futuras gerações. [...] a soberania alimentar supõe novas relações sociais livres de opressão e desigualdades entre homens e mulheres, grupos raciais, classes sociais e gerações. Segundo a declaração de Nyénylé, em Mali, 2007.

A soberania alimentar tem como uma das principais responsáveis por manter a produção de alimentos as mulheres rurais, pois além de contribuírem para a produção dos alimentos, mantêm os conhecimentos de gerações e culturas sempre presentes, dão preferência a meios de produção mais saudáveis, contribuindo para a preservação da biodiversidade. A soberania alimentar busca demonstrar a importância das mulheres no fortalecimento da soberania, para tanto, é preciso que as desigualdades de gênero sejam sanadas e que os direitos das mulheres possam ser respeitados.

No conceito de soberania alimentar estão sendo adicionadas mais demandas necessárias para colaborações coletivas, como proteger e melhorar os mercados nacionais e locais, limitar o *dumping* social e econômico dos produtos, reforçar os mecanismos para proteção dos recursos naturais, da biodiversidade, consolidar as políticas para que os alimentos e produtos locais, bem como os frutos nativos das regiões sejam valorizados, instruir e oferecer melhores condições de autonomia para a população decidir o que plantar com qualidade e quantidade, conforme a demanda das comunidades.

A soberania alimentar é a via para erradicar a fome e a má nutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos. Entende-se como soberania alimentar direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pescadores, indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental [...] (STEDILE & ESTEVAM, 2005, p. 216).

É importante destacar que a soberania alimentar busca reduzir ou eliminar a dependência por alimentos do Estado, ou seja, que cada Estado possa ser soberano em termos alimentares. Com a realização dessa autonomia o país não fica dependente de

importações de alimentos, aumenta a diversificação de alimentos e a valorização dos alimentos regionais e locais.

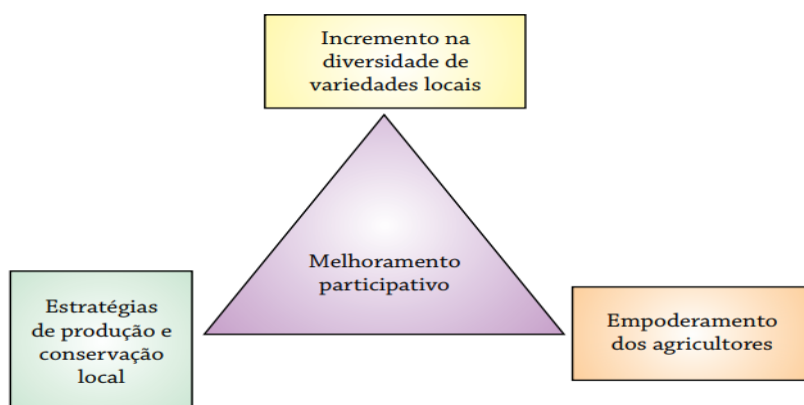
Com isso, é relevante que os agricultores familiares, comunidades tradicionais, povos indígenas e outros desenvolvam a prática do melhoramento participativo, que tem como meta o ganho de produtividade que começou a ser esboçado nos anos de 1980, e visa a incorporação de conhecimentos e experiência entre os agricultores e demais.

Conforme ratificado no acordo dos povos na Conferência dos Povos sobre Mudanças Climáticas realizada em Cochabamba, em abril de 2010,

a soberania alimentar é entendida como o direito dos povos de controlar suas próprias sementes, terra, água e produção de alimentos, assegurando, através da produção em harmonia com a Mãe Terra, localmente e culturalmente apropriado, o acesso das pessoas à alimentação suficiente, variada e nutritiva em complementação com a Mãe Terra e aprofundando a produção autônoma (participativa, comunitária e compartilhada) de cada nação e povo.

É preciso que sejam feitas redes locais e regionais entre as comunidades para que possam, de modo participativo, desenvolverem bancos comunitários locais de sementes, participar de cursos e eventos de capacitação e formação, bem como ampliar os modos de cultivo e diversificação de espécies produzidas. Para isso, os agricultores familiares devem participar de todas as etapas do processo de melhoramento, garantindo, assim a autonomia e a soberania alimentar (MACHADO et al., 2008). Há três elementos que estão expostos na Figura 1 que são fundamentais para se ter o melhoramento participativo bem-sucedido.

Figura 1 -Três componentes básicos do melhoramento participativo.



Fonte: Machado et al., 2009 (p.33).

Com a execução dos três elementos citados, de forma participativa, é possível que as comunidades possam alcançar melhores meios para produzir com qualidade e quantidade desejada, de modo a gerir seus próprios espaços respeitando as diferenças de gênero, povos e culturas, que são oportunizadas pela a soberania alimentar.

Metodologia

O delineamento da pesquisa foi baseado nos seguintes procedimentos: levantamento do referencial teórico, o qual é fundamental para a compreensão dos processos sócio-históricos (SILVA,1998) que, junto com a abordagem qualitativa,possibilita construir diálogos riquíssimos sobre as histórias e os modos de vida das mulheres assentadas camponesas, bem como a aplicação de questionários semiestruturados, onde em alguns momentos tivemos discussões definidas como uma conversa orientada, contendo perguntas, as quais dão margem para outras questões que possam surgir (MELLO, 2005).

O histórico e outras informações dos assentamentos Pequeno Willian e Márcia Cordeiro Leite foram obtidos por meio de perguntas com roteiro semiestruturadoàs camponesas, no qual as visitas aos assentamentos foram elementares para uma melhor análise do perfil, processo produtivo e organização das mulheres da região. No decorrer deste trabalho aconteceram participações em oficinas, encontros com rodas de conversas e no evento da comuna Panteras Negras realizado em março, formada por mulheres negras do assentamento Pequeno Willian.

As saídas de campo realizadas buscaram identificar possibilidades de integração entre as mulheres dos dois assentamentos para desenvolverem em conjunto atividades de produção, beneficiamento e comercialização de frutos e produtos oriundos do Cerrado. No assentamento Márcia Cordeiro Leite existe uma agroindústria artesanal, o que possibilita a diversificação e ampliação de renda das mulheres, contribuindo, assim, para o fortalecimento, empoderamento e visibilidade delas, bem como compreender como se dá a relação delas com os produtos de base agroecológicas,uma vez que a agroecologia não foca somente em questões produtivas, mas também questões culturais, sociais, econômicas, saberes tradicionais e populares.

Análise

Conforme mencionado na metodologia, a pesquisa foi realizada em dois assentamentos localizados no Distrito Federal, sendo iniciada no assentamento Márcia Cordeiro Leite, antiga fazenda Monjolo e Lagoa Bonita em Planaltina – DF, com área média de 430,8784 ha foi ocupada por cerca de 100 famílias no ano de 2008, em 2011 teve início o processo de regularização com a posse definitiva. O assentamento tem 64 parcelas e o mesmo recebeu o nome de Márcia Cordeiro Leite, em homenagem a uma funcionária já falecida do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), pois ela contribuiu muito para que o processo de transferência fosse realizado.

Os assentados ainda enfrentam muitas dificuldades, como as estradas vicinais, transporte público com limitações de horários e dias da semana, dificultando a locomoção das famílias e principalmente das mulheres agricultoras que exercem também o agroextrativismo, e aos finais de semana precisam vender os produtos nas feiras, mas são prejudicadas com a falta de transporte público.

Algumas famílias cultivam alimentos para manutenção familiar, e como complementação de renda muitas delas coletam frutos do cerrado das árvores nativas que tem dentro de suas parcelas e nas áreas próximas. Dentre os principais frutos, destacamos os seguintes: araticum, pequi, cagaita, jatobá, goiabinha-do-cerrado, além de produzirem com os frutos geleias, bolos, cocadas, licores e outros.

Com essa diversidade de frutos que existe na região, a equipe do Núcleo de Estudos Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Sustentabilidade (NEPEAS), e o Projeto “Agregação de valor às espécies vegetais nativas do Cerrado em áreas de reserva legal de produtores familiares do Distrito Federal e Entorno” (Pequisação), que foi realizado entre os anos 2010 e 2012, e que foi contemplado pelo 15º Prêmio Santander

Universidade Solidária, desenvolveu diversas atividades com as famílias do assentamento. O valor do prêmio foi investido na reforma do antigo casarão (figura 2) que existe na comunidade, onde passou a ser a agroindústria artesanal de uso coletivo dos assentados.

Figura 2 – Casarão-sede do Assentamento Marcia Cordeiro Leite.



(Foto: Projeto Santander Universidade Solidária, Outubro/2012).

As mulheres do assentamento Márcia Cordeio Leite informaram que algumas atividades são mais praticadas por mulheres na comunidade, atividades essas como serviços do lar, cuidados com as crianças, confecção de artesanato e desenvolvimento de atividades diversas na agroindústria quando esta estava em funcionamento com mais frequência. Além disso, também vendem os produtos fabricados e frutos coletados nas feiras e eventos. Os homens trabalham mais na preparação do solo, plantio e no momento muitos deles estão trabalhando na construção de estradas próximas ao assentamento.

Conforme mencionado, a agroindústria do assentamento Márcia Cordeio Leite não está funcionando de forma contínua no momento, o que segundo o grupo de mulheres está causando um sentimento de frustração, pois foram despendidos muitos esforços para que pudessem ter de fato um espaço físico onde fossem desenvolvidas atividades que gerassem renda para as famílias. As mulheres relataram alguns pontos negativos quadro

2 que contribuíram para o fechamento da agroindústria, mas também deram algumas sugestões que acreditam que possa trazer melhorias para elas e para o mais adequado funcionamento da agroindústria.

Quadro 2 -Relatos das mulheres sobre pontos negativos e sugestões de melhorias para o funcionamento da agroindústria artesanal do Assentamento Márcia Cordeiro Leite.

Pontos negativos	Sugestões de melhorias
Falta de água potável	Mecanismo de instalação de água potável, por parte da companhia de saneamento ambiental do Distrito Federal (CAESB).
Falta de materiais, como forno, liquidificador, panelas, liberação das linhas de crédito pelo INCRA, e outros.	Ter maior facilidade de acesso às linhas de crédito para conseguirem auxílio financeiro.
Desentendimentos, falta de cooperação entre o grupo, e interferências da associação.	Ajuda de pessoas externas à comunidade para fazer a intermediação de diálogo entre as mulheres, e que a associação deixe elas darem andamento nas atividades sem tantas interferências.

Fonte: Dados da pesquisa.

Foi mencionado por elas a grande vontade que a agroindústria volte a funcionar de forma contínua, pois ocasionalmente algumas mulheres se reúnem na agroindústria para preparar polpas com frutos da época. Falaram da importância da mesma estar em funcionamento, porque segundo elas há geração de conhecimentos através de eventos praticados no local, além do incremento de renda.

Conforme observado, as campestinas que trabalham ou trabalhavam na agroindústria têm dificuldades para se organizar de forma participativa, porém sabe-se que não é fácil. De acordo com Montana (2003), organizar é o processo que inclui recursos humanos físicos, é preciso planejar, ter compromisso com o que se propôs a fazer,

resolver os conflitos e problemas que possam surgir, sempre em prol de executar os objetivos da organização e da agroindústria.

Por causa dessa dificuldade de se organizarem participativamente, segundo as agricultoras familiares muitas frutas estragaram e estão estragando porque não foram coletadas e levadas para agroindústria para serem processadas. Isso é muito difícil, pois a agroindústria do assentamento está praticamente pronta, por isso, é essencial que as camponesas entendam que a organização entre elas é fundamental para se fortalecerem, e com isso o trabalho delas só irá prosperar. As agricultoras rurais falaram da importância de serem desenvolvidas mais atividades, como a oficina de gastronomia do cerrado, realizada pela equipe do projeto “Inovações sociotécnicas para boas práticas no extrativismo de espécies vegetais nativas do Cerrado” (Inovacerrado), junto com o grupo de mulheres camponesas do assentamento Márcia Cordeiro Leite (figura 3).

Figura 3- Oficina de gastronomia do cerrado, realizada na agroindústria.



Fonte: Equipe do projeto Inovacerrado, 2017.

Nesta atividade foram recebidas no assentamento agricultoras familiares de outras regiões como do Norte de Minas Gerais e Goiás. Na oficina foram realizadas várias atividades de interação, sendo elas: roda de conversas sobre prática de produção e beneficiamento dos frutos do cerrado, preparação de bombons com frutos do cerrado sendo utilizado a cagaita, buriti e outros todos desidratados, demonstrado na (figura 4), ocorreu a preparação de geleias, entre outros. O encontro teve o intuito de proporcionar melhor integração entre as mulheres agricultoras através da troca de saberes.

Figura 4 -Preparação de bombons com frutos do cerrado.



Fonte:Equipe do projeto Inovacerrado, 2017.

Durante a realização do projeto houve oficinas com preparação de biojoias e receitas à base de frutos do cerrado, atividades de intercâmbio com o assentamento Marcia Cordeiro Leite e o assentamento Pequeno Willian, com a comunidade Kalunga de Goiás e outras. Foram organizadas ainda feiras com a venda de produtos da sociobiodiversidade, assim como saídas de campo. Todas essas atividades desenvolvidas foram fundamentais para a construção e ampliação da rede do agroextrativismo e potencialização do empoderamento das camponesas que puderam expandir seus conhecimentos e interagir com outras companheiras, além de terem seus produtos divulgados e mais reconhecidos.

Em continuidade, o segundo assentamento compreendido foi o Pequeno Willian, situado na região administrativa de Planaltina – DF, está localizado no imóvel rural denominado fazenda Sálvia, que tem área média de 144,1735 ha, desde de novembro de 2004, o nome do pré-assentamento era Irineu Alves II, porém houve uma tragédia com o pequeno Willian, uma criança que morava com sua família no pré-assentamento, ele e os demais moradores da área, estavam utilizando a água da mina que era próxima do pré-assentamento para beber, pois não sabiam que a água da mina estava contaminada, com substâncias químicas provenientes do agrotóxico, que era utilizado nas plantações das propriedades adjacente a mina, alguns moradores passaram mal entre eles o pequeno Willian, foram encaminhados ao hospital onde foi constatado que estavam com intoxicação, mas infelizmente o pequeno Willian não resistiu e faleceu. Em homenagem póstuma à criança o nome do assentamento foi alterado de Irineu Alves II, para assentamento Pequeno Willian, no ano de 2005. Todavia, o assentamento foi criado oficialmente a partir da Portaria nº 136/11, de 26/12/2011. No local residem atualmente 22 famílias.

As camponesas informaram que as famílias do assentamento trabalharam no modelo de projeto de produção de base agroecológica, visando o bem da comunidade, bem como do meio ambiente. As atividades desenvolvidas pela maioria das mulheres são criação de aves, cultivo de hortaliças, extrativismo dos frutos do cerrado e elaboração de artesanatos. Os camponeses e camponesas sofrem também com a falta de água, o que compromete a irrigação das áreas plantadas. A água utilizada pelas famílias para a irrigação das plantações é proveniente da nascente do Rio São Bartolomeu, e também usam água das cisternas para o consumo próprio. Segundo as camponesas, no assentamento moram 22 famílias, todas são titulares do termo de concessão de uso das parcelas, sendo que 18 destas têm mulheres como titulares, o que representa grande avanço e maior autonomia para as mulheres da reforma agrária que muitas vezes sofrem com a invisibilidade.

O ambiente socioproductivo do assentamento conta com alguns apoios como: propostas de projetos, visitas e vistorias de representantes do selo comunitário de produtores orgânicos de Planaltina-DF. As mulheres do assentamento informaram que recebem muitas visitas de estudantes do Instituto Federal de Brasília (IFB), onde são desenvolvidas várias atividades de trocas e compartilhamento, além de oficinas de capacitação. As crianças em idade escolar que residem no assentamento e os adolescentes estão matriculados na rede de ensino público, os moradores contam com o incentivo de programas como Educação no campo. Muitas mulheres do Pequeno Willian voltaram a estudar, porém a falta de transporte na região, principalmente à noite, tem inviabilizado a continuação dos estudos de muitas mulheres, assim como de muitos jovens que querem dar continuidade aos estudos e se veem muitas vezes impossibilitados. A comunidade é representada pela Associação dos produtores rurais e agricultores Esperança e conta também com a Biblioteca Carolina Maria de Jesus, na qual são praticadas muitas atividades como sarau literário, peças de teatro, cine clube e outros.

Apesar de já terem conseguido vários avanços, as mulheres também mencionaram que existe sim a diferença nas relações de trabalho no campo, onde muitas vezes os trabalhos desempenhados por elas são desvalorizados, pois realizam as mesmas tarefas que os homens, como cuidar do plantio, manutenção das hortas, da criação de aves, na venda dos demais produtos, como ovos, artesanatos e ainda cuidam dos filhos e do lar, e constantemente só são reconhecidas por desenvolverem o trabalho doméstico sem

importância econômica. Porém, os homens que desenvolvem as mesmas atividades praticadas por elas e muitas vezes sem ajudar nas tarefas do lar, são reconhecidos como agricultores, produtores com certa importância econômica, tanto internamente como socialmente.

Pode-se perceber através de visitas *in loco*, rodas de conversas e outros, que grande parte das agricultoras familiares se dedicam à agricultura de subsistência, pois existe a possibilidade de associarem atividades domésticas e produtivas, o que também é uma característica principal do campesinato a fusão da economia doméstica e da economia empresarial, pois há a identificação entre produção de mercadoria e produção para o autoconsumo, conforme Paulino (2016). Ainda segundo a autora, algumas vezes o grande esforço despendido pelas agricultoras para cuidar das crianças, dos idosos, da lavoura, das atividades do lar e outras é valorizado, mas por causa da sobrecarga de tarefas faz com que sonhe com a diminuição desse ônus.

Em função dessas inquietações e outras demandas, surge a Comuna Panteras Negras, que é um grupo formado por mulheres negras agricultoras que residem no assentamento Pequeno Willian. A comuna é um espaço de uso coletivo para a comunidade, onde está localizada a biblioteca Carolina Maria de Jesus, em que são realizadas atividades culturais. De acordo com elas, a Comuna é denominada como um lugar de fortalecimento para as mulheres negras, no qual é desenvolvido apoio social para o enfrentamento das várias formas de desigualdades, preconceitos. No espaço o grupo de mulheres busca construir pilares em que possam ser aflorados o empoderamento das participantes, através de práticas, nas quais são propiciados estímulos de autoconfiança, ensino de atividades que tragam autonomia econômica, além das técnicas de cultivo agroecológicas. Elas consideram ser um ambiente que se sentem acolhidas e participativas.

Foram citadas pelas mulheres algumas atividades que são desenvolvidas para complementarem a renda das famílias, como a de coleta de frutos do cerrado, artesanatos, bem como algumas dificuldades que enfrentam, demonstrado no quadro 3.

Quadro 3—Atividades desenvolvidas e dificuldades enfrentadas.

Atividades desenvolvida	Principais dificuldades
-------------------------	-------------------------

Produzem licores com os frutos do cerrado, doces de cagaita, conservas de pequi com e sem pimenta.	Falta de água potável. Falta agroindústria para o preparo dos doces, licores e outros produtos.
Artesanatos feitos com fibras de bananeiras, caixinhas de madeira, tapetes.	Falta de transporte público, principalmente à noite e aos finais de semana.
Produzem em sistema agroecológico e vedem verduras, hortaliças e mudas, que são vendidas nas feiras, e no Ceasa.	Estradas de difícil acesso.

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme apresentado, os dois assentamentos estão localizados na mesma região administrativa do Distrito Federal, em Planaltina. Além da proximidade entre os assentamentos, as dificuldades enfrentadas são praticamente as mesmas, e as atividades desenvolvidas pelas mulheres são semelhantes. Em virtude da aproximação entre os dois assentamentos e das atividades desenvolvidas, as mulheres foram questionadas se teriam interesse em participar de atividades de integração entre elas. Responderam que seria bom e produtivo trocarem conhecimentos e informações, além das mulheres do Pequeno Willian falarem que acham lindos os artesanatos produzidos pelas mulheres do Márcia Cordeiro Leite, e que gostam muito dos produtos alimentícios produzidos por elas com os frutos do cerrado. Entretanto, destacaram que a falta de transporte limita o acontecimento das atividades.

As mulheres do assentamento Márcia Cordeiro Leite disseram que seria muito interessante se fosse possível desenvolver mais atividades de intercâmbio entre os grupos de mulheres dos dois assentamentos, pois proporcionaria a elas espaços para trocas de receitas, experiências e uma melhor aproximação. Elas acreditam que para dar certo é fundamental que haja acompanhamento de professores, estudantes ou o apoio de algum agente de Assistência Técnica de Extensão Rural- ATER como da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural-EMATER e outros.

Como mencionado pelas mulheres, elas desempenham praticamente os mesmos trabalhos que os homens, mas não tem seu trabalho reconhecido, sendo muitas vezes apenas reconhecido como tarefas de reprodução social, como cuidar da família e dos afazeres domésticos, enquanto o trabalho dos homens é visto como produção social,

trazendo a ideia da hierarquização de que o trabalho dos homens vale mais do que o das mulheres(FURNO, 2015).

Para Boni (2005), o trabalho de preparação e beneficiamento de produtos como (doces, geleias, queijos, pães, bolos e outros) eram considerados reprodutivos, pois eram utilizados para consumo da família, mas quando esses produtos passaram a ter uma agregação de valor no processo de beneficiamento na agroindústria, e começam a gerar renda significativa, começam a ser considerados como produção produtiva passando a ser reconhecidos.

Conclusão

No desenvolvimento do trabalho percebeu-se a vontade e a busca das mulheres assentadas da reforma agrária de conquistar a igualdade de gênero e autonomia econômica, onde cada vez mais elas estão criando e ocupando os espaços participativos, espaços esses nos quais possam ter vivência política, espaço de fala, de modo a ter uma melhor interação com a comunidade e a sociedade.

Embora sendo uma força de trabalho produtiva considerável no meio rural, as mulheres ainda sofrem com a invisibilização, o que traz muitos prejuízos tanto psicológicos, sociais, econômicos e socioculturais, anulando o ser feminino. A prática da desigualdade de gênero gera também a violência sexista, o que provoca mais sofrimentos, além daqueles que elas já enfrentam, como o difícil acesso a redes de saúde básica, educação, cultura e lazer devido à distância, falta de transporte público, o que demonstra a falta de interesse e morosidade dos governantes em atender a essas demandas de inclusão, tendo, assim, seus direitos desrespeitados.

Apesar de todas as adversidades, as mulheres rurais se veem como responsáveis por manter suas famílias, desenvolvendo, assim, a prática da pluriatividade onde acumulam as funções de tarefa reprodutiva e produção social, exercendo, assim, o duplo fardo em busca de uma maior autonomia. Essa conjuntura de divisão sexual do trabalho

doméstico está atrelada e naturalizada socialmente, o que se deve muito à concepção patriarcal que ainda se faz muito presente.

Mesmo com tantas dificuldades, as mulheres assentadas da reforma agrária seguem firmes lutando por melhorias, e já alcançaram algumas conquistas, sendo uma delas citada pelas moradoras do assentamento Pequeno Willian, onde das 22 parcelas existentes 18 têm mulheres como titulares. Esse avanço foi aprovado pelo governofederal com a Resolução nº 6, de 22 de fevereiro de 2001, aprovada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS) do Ministério do desenvolvimento Agrário (MDA), e Portaria nº 33 de 8 de março de 2001, a qual dá o direito à mulher casada ou solteira de ser a titular da sua parcela. Isso mostra a relevância das lutas dos movimentos sociais e da união das mulheres, pois organizadas são capazes de conseguir muitos progressos.

É importante ressaltar como os projetos de pesquisa e extensão como Inovacerrado, NEPEAS, Pesquisa, da Universidade de Brasília, campus Planaltina, e do projeto do Núcleo de Estudos em Agroecologia - NEA Candombá, do Instituto Federal de Brasília - IFB, Campus Planaltina – DF, que desenvolve junto aos assentados da reforma agrária do Pequeno Willian, a verificação das informações técnicas e do histórico da agrobiodiversidade local, afim de obter junto aos moradores soluções de melhorias nos sistemas de manejo, entre outros, que contribuam para a potencialização do empoderamento das mulheres. A partir desses projetos citados, foi possível reformar o casarão e transformá-lo em agroindústria no assentamento Marcia Cordeiro Leite, bem como proporcionar o intercâmbio entre as mulheres de outros estados em eventos voltados para as boas práticas do extrativismo e da produção de produtos à base de frutos nativos do cerrado e trocas de experiências. Essas atividades proporcionarão às mulheres uma diversificação da produção e complementação de renda, tendo assim, melhor autonomia econômica, contribuindo para a elevação da autoestima.

Com a continuidade das atividades realizadas no assentamento Marcia Cordeiro Leite, algumas camponesas que trabalham na agroindústria relataram que já estão fazendo anotações em um caderno, para terem o controle de tudo que entra e sai da agroindústria, quantidade e preço de venda de cada produto. Foi possível perceber na fala delas o valor que esse trabalho tem para, pois as motivam a continuarem crescendo

e produzindo mais, porque estão vendo os frutos de seu trabalho reverberando na comunidade.

As mulheres do campo querem ter seus esforços valorizados, sua participação na renda reconhecida, além de serem protagonistas na força de trabalho social, terem seus conhecimentos tradicionais respeitados, para um desenvolvimento de fato democrático, com mais sororidade entre as mulheres e uma construção permanente do apreço.

8. Referências Bibliográficas

_____. BARBOSA, Altair Sales. **O Cerrado está extinto e isso leva ao fim dos rios e dos reservatórios de água.** Entrevista. Opção, Goiânia, ed. 2048, 4 de out. 2014, p. 1-3.

_____. Comissão Pastoral da Terra (CPT) “**Cerrado, Berço das Águas. Entrevista Conselho Indigenista Missionário-** Cimi, out. 2016. Disponível em:<http://www.ihu.unisinos.br/185-noticias/noticias-2016/560603-sem-cerrado-sem-agua-sem-vida-campanha-nacional-em-defesa-do-cerrado-e-lancada-em-brasilia>.

As mulheres e a agroecologia uma experiência em Angelim - Luzilândia Experiência desenvolvida pelo Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB, 2006 na regional do Piauí. ANA MULHERES E AGROECOLOGIA Sistematizações de experiências de mulheres agricultoras. Volume 1. Organizadores. ActionAidBrasil.2010.

BONI, V. **Produtivo ou Reprodutivo: O trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares** - um estudo na região oeste de Santa Catarina. Universidade Federal de Santa Catarina Centro de Filosofia e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis, outubro de 2005.

BRASIL. **FUNDAÇÃO MARGARIDA MARIA ALVES** A Fundação: História. Disponível em: Acesso em: 2018.

BRASIL. IICA, Instituto Interamericano de Cooperação Para A Agricultura. **Gênero no Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais**: Seminário Internacional – Documento-Síntese Realizado no período de 14 a 17 de julho/2003. Representação no Brasil, RN, Natal – Rio Grande do Norte – Brasil, 2003.

BRASIL. LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm

BRASIL. LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/brasil-70-dos-alimentos-que-mesa-dos-brasileiros-da-agricultura-familiar>.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em <http://www.mma.gov.br/biomas/cerrado>
<http://www.mma.gov.br>

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Mapeamento do uso e cobertura do Cerrado**: Projeto TerraClass Cerrado 2013/ MMA / SBF. Brasília: MMA, 2015. ISBN 978-85-7738-255-2

BRASIL. Portaria nº 33 de 8 de março de 2001, Ministério de Estado do Desenvolvimento Agrário. Disponível em http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/mulher/portaria_033_01.pdf.

BRASIL. Resolução nº 6, de 22 de fevereiro de 2001, aprovada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS) do Ministério do desenvolvimento Agrário (MDA).

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. **Agricultura familiar e o novo mundo rural**. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 312-347, jul. /dez. 2003.

BUTTO, A.; Dantas, I. **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

Conferência Mundial dos Povos sobre Mudança Climática e os Direitos da Mãe Terra Cochabamba, Bolívia 2010. Acordo dos Povos. Disponível em: <https://cmpcc.wordpress.com/2010/04/24/acuerdo-de-los-pueblos/>.

DECLARAÇÃO DE NYÉLÉNY – **Foro Mundial Pela Soberania Alimentar**. 2007. Nyéléni, Selingue, Malí. Disponível em: <https://nyeleni.org/spip.php?article327>.

DRUMMOND, J. A. **A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia brasileira: vantagens, obstáculos e perspectivas**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 6, p. 115-137, 1996.

EITEN, George. **Delimitação do conceito de Cerrado**. Arquivos do Jardim Botânico, v. 21, p.125-134. 1977.

FAO. **Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação**. World Food Summit 13-17 november 1996 Rome Italy. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/003/W3613P/W3613P00.HTM>.

Código de campo alterado

FERREIRA, L; SCHOTTZ, V. **Intercâmbio e Sistematização de Experiências protagonizadas por Mulheres**. ANA MULHERES E AGROECOLOGIA Sistematizações de experiências de mulheres agricultoras. Volume 1. Organizadores. ActionAid Brasil. 2010. Disponível em: http://www.asabrazil.org.br/images/UserFiles/File/sistematizacao_mulheres_ANA.pdf.

FURNO, J. C. **O Trabalho das Mulheres: entre a produção e a reprodução social**. www.ifch.unicamp.br, 2015.

LOPES, Adriana L.; ZARZAR, Andrea BUTTO. **Mulheres na Reforma Agrária a Experiência Recente no Brasil**. 2008. 240 f. ISBN 978-85-60548-29-3. Série. 1.gênero. 2. Reforma Agrária. 3. Política Pública, MDA, Brasília – DF, 2008.

MACHADO, A. T.; SANTILLI, J.; MAGALHÃES, R. **Manejo da agrobiodiversidade com enfoque agroecológico e suas implicações conceituais e jurídicas**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica: Embrapa de Secretaria de Gestão e Estratégia, 2008. 98 p. (Embrapa-Secretaria de Gestão e Estratégia. Texto para discussão, 34).

MACHADO, Altair Toledo. **Manejo da diversidade genética de milho em sistemas agroecológicos** / Altair Toledo Machado, Cynthia Torres de Toledo Machado – Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2009. 94 p.

MARQUES, A. S. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 – Desafios Atuais dos Feminismos Florianópolis, Santa Catarina, entre 16 a 20 de setembro de **2013. Mulheres Em Contextos Rurais: Experiências e Teorias**. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373293695_ARQUIVO_TextoCompletoparaFazendogenero10.pdf.

MELLO, M. **Pesquisa Participante e Educação Popular: da intenção ao gesto**. Porto Alegre: Ed. Ísis/Diálogo-Pesquisa e Assessoria em Educação Popular/ IPPOA, 108p., 2005. Monitoramento do Desmatamento Nos Biomas Brasileiros por Satélite Cerrado 2010-2011. Disponível em: [Downloads/desmatamento-cerrado-alta%20\(2\).pdf](#).

MONTANA, Patrick J. Administração. 2ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2003

MOTTA, Beto. **A história da líder sindical brasileira que deu origem a Marcha das Margaridas**. FETAESC, 2013.

NOGUEIRA, M. e FLEISCHER, S. **Entre tradição e modernidade: potenciais e contradições da cadeia produtiva agroextrativista no Cerrado**. Estudos Sociedade e Agricultura, abril 2005, vol. 13 no. 1, p.125-157. ISSN 1413-0580.

PAULINO, Maria Ignez. **Mulheres rurais quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: Ed da UFSC, 2016. 383p. ISBN 978-85-328-0783-0.

ROSSET, Peter (2003). Food Sovereignty. Global Rallying Cry of Farmers Movements. Food First- Institute for Food and Development Policy. Background, Vol. 9, Nº 4.

SILVA, Marcelo KUNRATH. Uma introdução à história oral. **Cadernos de Sociologia**. Porto Alegre, v. 9, p.115-141, 1998.

SIQUEIRA, P; Bergamasco, P. **Impactos sobre a dinâmica produtiva e as relações de gênero na transição agroecológica de um grupo de mulheres assentadas**. Campinas, SP: [s.n.], 2008.

STEDILE, T; ESTEVAM, D. **A questão agrária no Brasil: Programas de reforma agrária 1946 – 2003**. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 240 p.

VALENTE, Flávio L. SCHIECK. **Direitos humanos e a promoção da alimentação e modos de vida saudáveis: realizando o direito humano à alimentação e nutrição adequadas.** fanut.ufg.br.

Disponível em: https://fanut.ufg.br/up/128/o/direitos_humanos_alimentacao_saudavel.pdf.